



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 1001655-69.2018.5.02.0004**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 29/12/2018

**Valor da causa:** R\$ 268.122,50

**Partes:**

**RECLAMANTE:** IVETE BRITO DE SOUZA

**ADVOGADO:** CAROLINE VILELLA

**RECLAMADO:** MOVEIS E MAGAZINE TABOAO DA SERRA EIRELI

**ADVOGADO:** CRISTIANE SOUZA REIS

**ADVOGADO:** ILMA GOMES PINHEIRO

**RECLAMADO:** HUSSEIN AHMAD EL ZOGHBI

**ADVOGADO:** CRISTIANE SOUZA REIS

**TERCEIRO INTERESSADO:** UNIÃO FEDERAL (PGF)

**TERCEIRO INTERESSADO:** VISA DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA

**TERCEIRO INTERESSADO:** REDECARD S/A

**TERCEIRO INTERESSADO:** EDIFICIO RESIDENCIAL MORADA DOS REIS

**ADVOGADO:** MAIARA APARECIDA MORALES



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS  
**1001655-69.2018.5.02.0004**  
: IVETE BRITO DE SOUZA  
: MOVEIS E MAGAZINE TABOAO DA SERRA EIRELI E OUTROS (1)

## **Edital de Leilão Judicial Unificado**

**4ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP**

**Processo nº 1001655-69.2018.5.02.0004**

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 21/08/2025, às 10:17 horas, através do portal da leiloeira Flavia Cardoso Soares - [www.fvleiloes.com.br](http://www.fvleiloes.com.br) serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: IVETE BRITO DE SOUZA, CPF: 116.811.278-81 , exequente, e MOVEIS E MAGAZINE TABOAO DA SERRA EIRELI, CNPJ: 43.979.210/0001-86; HUSSEIN AHMAD EL ZOGHBI, CPF: 298.939.218-13, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 147.040 DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE JUNDIAÍ/SP, CONTRIBUINTE: 68.016.0492. DESCRIÇÃO: Um Apartamento sob número vinte e um (21), tipo 2, localizado no segundo (2º) pavimento do empreendimento denominado "Edifício Residencial Morada dos Reis", situado na Avenida João Gonçalves dos Reis número novecentos e sessenta e nove (969), Bairro Medeiros, na cidade e comarca de Jundiaí/SP, contendo uma área privativa principal de 76,2100 m<sup>2</sup>, área privativa acessória de 4,7600 m<sup>2</sup>, área privativa total de 80,9700 m<sup>2</sup>, área de uso comum de 66,8618 m<sup>2</sup>, perfazendo a área real total de 147,8318 m<sup>2</sup>, correspondendo-lhe a fração ideal de 6,2456% igual a 120,6960 m<sup>2</sup> no terreno e demais coisas de uso comum do condomínio, cabendo-lhe o direito ao uso exclusivo de uma vaga indeterminada coberta na garagem coletiva, situada no pavimento térreo do edifício, a qual é inalienável, indivisível, acessória e indissolúvelmente ligada a unidade autônoma. Certificou o Oficial de Justiça em 07/10/2024: "Benfeitorias - Área privativa de 76,21ms2. Quartos e sala no contrapiso...Apar amento com 01 suíte, 02 dormitórios,

01 WC social, sala dois ambientes, cozinha e lavanderia. Garagem para um carro de passeio.". OBSERVAÇÕES: 1) HÁ DÉBITOS CONDOMINIAIS: R\$ 157.541,61 até 31/03/2025. 2) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos créditos tributários para o arrematante, assim, ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 7º do Provimento GP/CR nº 07/2021, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários. Ficarão a cargo do arrematante os débitos (propter rem) de natureza não tributária que constarem expressamente do edital (art. 1º, § 8º do referido provimento).

Valor Total da Avaliação: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Local dos bens: Av. João Gonçalves dos Reis, 969, Apto. 21, 2º andar, Vila Nova Medeiros, Jundiaí/SP.

Total da avaliação: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Lance mínimo do leilão: 60%.

Leiloeira Oficial: Flavia Cardoso Soares.

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@fvleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

- c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.
- f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.
- f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
- g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN.

SAO PAULO/SP, 07 de abril de 2025.

**MOISES NALBATIAN**

Servidor



Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 07/04/2025, às 15:17:40 - f731d2a  
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25040715173026000000395133579?instancia=1>  
Número do processo: 1001655-69.2018.5.02.0004  
Número do documento: 25040715173026000000395133579